

ATA DA 14ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE TRABALHADORES DA MEO

Data: 8 de fevereiro de 2024

Local: Centro de Satélites de Alfouvar

Hora de Início: 14h30m

Hora de Término: 17h00m

PRESENCAS

Comissão de Trabalhadores (CT):

Ana Patrícia Silva, António Santos, Isabela Mendes, Jaquelina Brito, Jorge Pinto, Rui Pedro Moreira, Sérgio Pato, Fernando Patrício, Francisco Gonçalves, Maria José Cardoso e Vítor Correia.

Subcomissão de Trabalhadores de Cascais, Sintra e Taguspark:

Carlos Farinha, José Monteiro e Vítor Henriques.

ORDEM DE TRABALHOS:

- Votação da Ata da reunião anterior
- Resumo das atividades entre reuniões ordinárias pelos membros da CT
- Questões locais de Cascais, Sintra e Taguspark
- Deliberação sobre os pontos pendentes de resposta por parte da empresa
- Deliberação sobre acompanhamento do Plano de Formação
- Discussão sobre o Acordo Coletivo de Trabalho

Jorge Pinto deu início à reunião, agradecendo aos membros da Sub-CT a sua presença e colaboração. De seguida passou à leitura dos pontos da de Ordem de Trabalhos.

Passando para a Ordem de Trabalhos da Reunião, procedeu-se à **Votação da ata da 13ª reunião**. Sérgio Pato indicou não ter condições para votar pois, devido ao envio tardio da ata, não a havia lido antecipadamente. A ata foi aprovada com 6 votos a favor. Cinco membros presentes não votaram.

Avançou-se para o **Resumo das atividades entre reuniões ordinárias pelos membros da CT**.

Rui Pedro Moreira caracterizou a formação em Direito do Trabalho, na qual 7 membros da CT participaram, como útil de forma geral, apesar de ter consumido bastante tempo, totalizando 50 horas, e assim limitando as atividades da CT. Lamentou as ausências, embora respeitando a autonomia individual de cada um. No entanto, observou que alguns membros parecem dar preferência aos Sindicatos em detrimento da CT, o que é percebido como uma falta de consideração para com os demais membros e para os trabalhadores em geral. Concluiu expressando o aprendizado obtido e a esperança de que, no futuro, todos possam contribuir para alcançar melhores resultados.

Fernando Patrício expressou a sua opinião de que a CT não tem realizado ações benéficas para os trabalhadores. Criticou as alterações na agenda que pareciam estar em função de interesses pessoais de alguns membros. Continuou dizendo que, embora não esteja ao serviço, dedica 12 horas por dia ao Sindicato e estranha que alguns serviços possam prescindir dos trabalhadores tantas horas durante tantos dias.

Jaquelina Brito interveio para dizer que o horário foi definido pela formadora e não ocorreram adaptações à agenda consoante a disponibilidade de alguns participantes.

Ana Patrícia enfatizou que o orçamento para a formação, destinada a 11 participantes, teria sido diferente se soubéssemos antecipadamente que apenas 7 iriam participar.

Fernando Patrício indicou que não está preocupado com os gastos da formação e que nunca afirmou que iria participar. Voltou a mencionar que, durante este mandato, muito pouco foi conseguido para os trabalhadores. De seguida, lembrou que vários espaços de refeição continuam fechados e recomendou à CT que se concentre nas responsabilidades que lhe são conferidas por lei.

Vítor Correia disse que, após analisar o primeiro ano de mandato da atual CT, deseja que esta pare de se mostrar frágil, como tem acontecido. Sobre a formação, explicou que teve outras responsabilidades que o impediram de participar. Concluiu dizendo que é importante que os 11 membros da CT permaneçam unidos, pois os trabalhadores precisam disso.

Sérgio Pato referiu que gostou da formadora e valorizou o conhecimento que esta tinha sobre as matérias abordadas. Entendeu que a formação poderia ter sido mais concisa. No entanto, valorizou os casos práticos estudados e a acessibilidade da formadora.

Jorge Pinto clarificou a questão dos horários, afirmando que a CT não teve intervenção nesse assunto. A alteração que ocorreu deveu-se à necessidade da própria formadora.

Francisco Gonçalves mencionou que, por não ter sido consultado, entendeu que não nos preocupávamos com a sua participação. Concluiu dizendo que não se sentia vinculado porque não tinha sido consultado.

Jorge Pinto respondeu dizendo que o Francisco Gonçalves demonstrava não saber como funciona a formação por estar afastado de funções há demasiado tempo.

Proseguiu-se para as **Questões locais de Cascais, Sintra e Taguspark.**

Vítor Henriques mencionou que há trabalhadores a entrar na empresa com remunerações mais altas do que as dos trabalhadores existentes, o que acaba por criar um mau ambiente. Além da diferença remuneratória, identificou também diferenças nas cargas horárias (36h vs. 40h).

Fernando Patrício expressou que a alteração de 40 horas para 36 horas é um custo insuportável para a empresa.

Vítor Correia manifestou preocupação com trabalhadores que se possam sentir tentados a “vender” os seus direitos e passar para um horário de 40 horas semanais.

Vítor Henriques informou que havia anteriormente levantado questões a serem transmitidas à CT, listando as seguintes:

- Refeitório desligado por questões de segurança;
- Inexistência de máquinas de snacks;
- Promoções/progressões;
- Avaliação 180º;
- Saídas antecipadas;
- Subsídio de deslocação;
- Manutenção das infraestruturas no edifício e imediações.

Passou-se então à **Deliberação sobre os pontos pendentes de resposta por parte da empresa**, explicando que o objetivo deste ponto seria dar ao Secretariado o mandato para apresentar queixas à ACT e DGERT caso não obtivesse resposta da gestão da empresa em tempo considerado razoável.

José Monteiro mencionou que, com base na sua experiência, considerava que a agregação de questões semelhantes seria o procedimento mais adequado.

Fernando Patrício afirmou que não estava ciente de quais pedidos de informação estavam sem resposta, indicando que essa informação não lhe havia sido enviada pelo Secretariado.

António Santos observou que a ordem de trabalhos incluía o ponto "Deliberação sobre os pontos pendentes de resposta por parte da empresa" e que ninguém havia direcionado ao Secretariado qualquer pedido de esclarecimento.

Francisco Gonçalves informou que a sua posição é sempre a mesma porque no geral não é pedida a sua opinião para vários assuntos.

A deliberação foi aprovada com 7 votos favoráveis, 1 voto contra e 3 membros da CT não votaram.

Prosseguiu-se para a **Deliberação sobre acompanhamento do Plano de Formação**, que surgiu na sequência de uma recente reunião com a empresa, na qual ficou definido que haveria um membro da CT presente nessas reuniões de trabalho.

A deliberação foi aprovada com 10 votos a favor.

Por ausência de voluntário, transitou para a próxima reunião ordinária a nomeação do membro da CT que irá assumir esta responsabilidade.

Perante o avançar da hora, avançou-se para o último ponto da ordem de trabalhos: a **Discussão sobre o Acordo Coletivo de Trabalho**. Durante esta discussão, foi reportado que o Secretariado da CT procurou fornecer informações aos trabalhadores e aos sindicatos ao longo de todo o período de negociação, de modo a disponibilizar dados tratados de forma mais completa e precisa para uma melhor apresentação. O princípio orientador foi o de construção mútua. No entanto, reconheceu-se o fracasso na tentativa de unir os trabalhadores aos sindicatos e vice-versa, resultando em aumentos salariais considerados pouco significativos para os trabalhadores. A pressão exercida pela empresa durante as negociações acabou por resultar em valores aquém do desejado. Apesar disso, foi proposta a ratificação do resultado das negociações do ACT; entretanto, essa proposta não chegou a ser votada nem discutida.